

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Angelita Carmo Pereira¹
Claudiane Aparecida de Assunção Almeida²
Dailze Luzia da Cruz³
Leocy Galdino Junior⁴
Mayara Almeida Gomes⁵
Rosimeire Aniceta de Carvalho Soares⁶

RESUMO: O presente artigo tem a finalidade de refletir a respeito do contexto histórico da evolução da Educação Infantil, e o surgimento das Políticas Públicas na Educação Infantil. O percurso percorrido da Educação Infantil foi difícil e lento, porque não havia um entendimento que a criança necessitava de uma atenção especial nos primeiros anos de vida. Apesar dos avanços obtidos na Educação Infantil, percebemos que muito precisa ser feito para diminuir a distância entre a legislação e a realidade.

Palavras-chaves: Criança. Evolução educacional. Educação brasileira.

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento no passado da infância é diferente nos dias de hoje. Não se compara como e era vista no passado. Ao estudar a infância e a educação, vamos perceber as transformações ocorridas com o passar dos tempos. A infância é o período onde a criança se desenvolve, é a fase de descobertas do mundo, ver, ouvir, sentir, tocar. Mas nem sempre foi assim, antigamente não existia uma valorização

¹ Graduada em Psicologia pela Faculdade de Quatro Marcos – FQM, Graduada em Pedagogia pela Unopar – Universidade Norte do Paraná, Especialista em Psicopedagogia pela FACIPAN - Faculdade do Instituto Panamericano.

² Graduada em Pedagogia pela pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande – FIAVEC, Especialista em Alfabetização e Educação Infantil pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande - FIAVEC.

³ Graduada em Pedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação – ICE, Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia.

⁴ Graduado em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Especialista em Educação Física e Psicomotricidade pela Faculdade São Vicente – FASVIPA.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá - UNIC. Especialista em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Afirmativo.

⁶ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Várzea Grande - UNIVAG. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Faculdade Afirmativo.

da criança como indivíduo, havia criança, mas não existia o conceito de infância. A história nos mostra o surgimento de várias concepções de infância. A criança era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. “[...] mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” (Áries, 1978, p. 11). A infância não era vista como uma fase de fragilidade, tendo em vista que a criança tinha uma atenção especial somente no início da vida. Era vista diferente do adulto apenas no tamanho e na força e o importante era que crescesse para enfrentar a vida adulta.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente artigo tem como objetivo refletir a visão da criança como indivíduo e sua educação nos primórdios da história. Na sociedade medieval tradicional as crianças não eram vistas com bons olhos, naquela época a família não era valorizada, existia para preservar as coisas; um hobby vocacional geral, a criança teve que trabalhar desde cedo. “[...] para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos, mediante a aquisição de conhecimento e experiências práticas” (MENDONÇA, 2012, p. 17) e, portanto, não foi possível criar sentimentos entre pais e filhos. Não houve diferença entre crianças e adultos, roupas e linguagem semelhantes foram usadas, nenhum sentimento especial foi criado para os mais novos. Na educação, pessoas de todas as faixas etárias frequentavam a mesma sala de aula e recebiam o mesmo ensinamento.

Essa visão das crianças começou a mudar social e intelectualmente após a Nova Era, a Revolução Industrial, o Iluminismo e a constituição de estados laicos, mas, diferentemente da criança pobre, apenas a criança nobre era mais bem tratada. Nesse contexto, surgiu a figura do pedagogo, que era o escravo que levava a criança à escola.

A criança passa de um ser insignificante a um indivíduo de grande importância na sociedade, que tem direitos e necessidades a satisfazer para satisfazer necessidades físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais.

Para Fraboni (1998, p. 68) a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação”, tecnológico - científico e pela mudança ético-social,

cumpra todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social”.

O ato de compreender a criança como indivíduo, com definições muito diferentes de adultos com direitos civis, é uma mudança na educação infantil que torna ainda mais preciso o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

No Brasil, a educação pública só teve início no século XX. Durante várias décadas, houve diversas transformações: a pré-escola não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a mão de obra era muita das vezes formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho (MENDONÇA, 2012). Através da Constituição de 1988, a criança foi colocada no lugar de sujeito de direitos e a educação infantil foi incluída no sistema educacional.

Os primeiros movimentos voltados para o cuidado da criança foi em 1874, na qual as Câmaras Municipais do Brasil passaram a destinar uma ajuda financeira para as crianças negras, mestiças ou brancas que eram rejeitadas, tinha que apresentar periodicamente às crianças as autoridades. Um tempo depois foi criada pela Igreja Católica as Rodas dos Expostos, ou dos rejeitados essa instituição era de cunho filantrópico da Santa Casa de Misericórdia, e foram se espalhando pelo país no século XVIII. Com o advento da República houve uma preocupação maior com educação da criança, mas foi no século XX, que há ações que demonstram atuações por parte da administração pública. As instituições destinadas ao cuidado da criança eram de cunho preventivo e de recuperação das crianças pobres, consideradas perigosas para a sociedade. O foco não era a criança, mas naquilo que era denominado como menor abandonado e delinquente. (KUHLMANN JR., 2002), mostra a imagem da criança pobre como uma potencial criminosa e perigosa porque as crianças viviam em lares desnutridos onde o alcoolismo era constante e viviam em um país onde muitas vezes não trabalhavam.

Em 14 de Novembro de 1930 o Ministério da Educação (MEC) é criado pelo presidente Getúlio Vargas, que é um órgão do governo federal do Brasil fundado no decreto nº 19.402, com o nome Ministério dos Negócios da Educação e Saúde

Pública, eram encarregados pelo estado e despacho de todos os assuntos relativo ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar.

Nos anos 70, no Brasil as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, que sustentavam que as crianças mais pobres sofriam de privação cultural e eram colocadas para explicar o fracasso escolar delas, esta idéia direcionou por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão assistencialista e compensatória foram então adotadas sem que houvesse uma reflexão critica mais profunda sobre as raízes estruturais dos problemas sociais. Isto passou a influir nas decisões de políticas de educação Infantil (OLIVEIRA, 2002, p. 109).

Dessa forma, percebe-se de onde vem o atendimento fragmentado no que se refere à educação infantil da criança pobre, que oferece supostas “carências” e à educação que oferece a criança pobre como um ser capaz. , que não responde aos estímulos fornecidos pela escola.

Na década de 80, com a abertura política, houve pressão por parte das camadas populares para a ampliação do acesso à escola. A educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função. Em 1888, devido à grande pressão dos movimentos feministas e dos movimentos sociais, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado. Vejamos o que diz a Constituição.

Art .205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 1).

Em meados dos anos 90, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Agora se procura entender a criança como um ser sócio-histórico, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Essa perspectiva sócio-interacionista tem como principal teórico Vigotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

Então passa a existir um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança enquanto cidadã. Cria-se a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação foi criada para definir e regularizar o sistema de educação brasileira com bases na Constituição. Observa-se uma inversão, na Constituição a educação é obrigação em primeira instância do Estado, já na LDB a obrigação passa a ser de responsabilidade da família. Vejamos o que o Art. 3º da LDB diz acerca da educação nacional:

Art. 3º. O ensino será com base nos seguintes princípios: igualdade de condição para o acesso a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da igualdade e dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, p. 1)

Em 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento cujo objetivo é direcionar o trabalho com crianças de 0 a 6 anos. Representa um avanço nos esforços para melhor estruturar o papel da educação infantil e apresenta uma proposta que integra cuidado e educação, um dos principais desafios da educação infantil na atualidade.

No art. 29 da LDB, destina-se a crianças menores de 6 anos e tem como objetivo completar as atividades familiares e comunitárias e o objetivo é o desenvolvimento integral físico, psicológico, intelectual e social da criança. Isso nos leva à questão da formação humana [...] mas que enfatiza a necessidade de promover o processo humano da criança. Esse processo requer e pressupõe um projeto de educação infantil baseado no conceito de educação ao longo da vida, pois fornece as primeiras ferramentas cognitivas para o pleno desenvolvimento da vida da criança (MENDONÇA, 2012, p. 42).

A criança desenvolve-se plenamente na educação infantil, pois é nessa fase que ocorre o processo de tornar-se pessoa e a troca de experiências sociais, o que a torna sujeito de identidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a

educação infantil é um sistema destinado à faixa etária de zero a seis anos: creches para a faixa etária de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro anos. três anos seis anos (MATTIOLI apud TADEI; STORER, 1998).

A educação infantil é fundamental e necessária, pois desempenha um papel importante no desenvolvimento humano e social da criança. Ele se desenvolve cognitivamente por meio do contato com diversos objetos e arte, cultura e ciência, divulgando sua criatividade na escola, e esta instituição deve ser um espaço pronto onde os professores levem em conta a criatividade e as habilidades dessa criança. conhecimento prévio, há uma história e uma linguagem própria.

CONCLUSÃO

Por meio deste artigo, percebe-se que o conceito de infância influencia fortemente o papel da educação infantil, pois orienta todo o cuidado com as crianças pequenas. Dessa forma, a educação infantil está intrinsecamente relacionada ao conceito de infância, e seu desenvolvimento é caracterizado por mudanças sociais que trouxeram uma nova perspectiva para a criança.

É bom lembrar que a educação voltada para os mais novos só se tornou possível por causa da mudança na abordagem da sociedade que a valoriza, se não existisse, a educação infantil não mudaria o ensino. , e um novo perfil como formador não seria criado para estas etapas.

No Brasil, a educação infantil não apareceu como política nacional até o século XX, o que evidenciou a falta de atendimento às crianças brasileiras. Por outro lado, os debates sobre a educação infantil levaram a leis e documentos como (Constituição Federal 1988, ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, LDB, Lei de Diretrizes e Bases, RCNEI Referencial Curricular Nacional Educação Infantil, e Ministério da Educação MEC), no Brasil, há preocupação com as leis que regem a educação infantil.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 205-214. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

FRABONI, Franco. **A Escola Infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e Didática.** In. ZABALTAR, Miguel A. *Qualidade em Educação Infantil.* Porto Alegre. 1998.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil.** Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.

Lei nº 9.394. De 20 de dezembro de 1996. Art. 3. Sete JusBrasil.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira. **Educação Infantil Métodos.** São Paulo, 2002.

KUHLMANN JR, M. **A Circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil início do século XX.** In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (Orgs). *Os intelectuais na historia da infância.* São Paulo: Cortez, 2002.